



DOSSIÊ TEMÁTICO:

***QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?***

Artigo



**ÁFRICA E O TURISMO COLONIZADOR – NEOLIBERALISMO
AMBIENTAL E LUXO EXCLUDENTE: O EXEMPLO DA
TANZÂNIA**

**ÁFRICA AND THE COLONIZING TOURISM – ENVIRONMENTAL
NEOLIBERALISM AND EXCLUSIVE LUXURY: THE EXAMPLE FROM
TANZANIA**

**ÁFRICA Y EL TURISMO COLONIZADOR – NEOLIBERALISMO
AMBIENTAL Y LUJO EXCLUSIVO: EL EJEMPLO DE TANZANIA**

Por Eduardo de Ávila Coelho & Bernardo Machado Gontijo

Eduardo de Ávila Coelho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2952-7063>
Contato: edu.avilacoelho82@gmail.com

Bernardo Machado Gontijo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5012-9652>
Contato: gontijob9@gmail.com

Como citar:

COELHO, E. A.; GONTIJO, B. M. África e o turismo colonizador – neoliberalismo ambiental e luxo excludente: o exemplo da Tanzânia. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 76-100, jul.-set., 2023.

Recebido: 12/07/2023

Aceite: 31/07/2023



RESUMO: O continente africano possui vasta e rica história, bem como uma imensidão territorial que abriga uma enorme variedade de paisagens e culturas. O processo de colonização da África pelas potências europeias estabeleceu uma série de entraves ao seu desenvolvimento, além de impor diversas limitações que seguem evidentes nos Estados pós-coloniais. Uma das atividades econômicas com grande potencial para o continente é o turismo, em especial aquele ligado à cultura e à natureza. Este trabalho busca apresentar alguns aspectos do desenvolvimento turístico, no período contemporâneo, que demonstram continuidades com dinâmicas de colonização dos espaços e dos corpos. Vasta bibliografia sobre o tema é apreciada e analisada em conjunto com experiências de campo que sugerem a interpretação de que, na África, o turismo é colonizador. Em especial, é analisado o caso da Tanzânia, onde situações vivenciadas em duas localidades de alto interesse turístico – Zanzibar e Ngorongoro – permitiram traçar paralelos entre o período colonial e as atuais formas de gestão do território para aproveitamento turístico.

PALAVRAS-CHAVE: África. Turismo Colonizador. Safari. Ngorongoro. Zanzibar.

ABSTRACT: The African continent has a vast and rich history, as well as an enormous territory that is home to a huge variety of landscapes and cultures. The process of colonization of Africa by the European powers established a series of obstacles to its development, in addition to imposing several limitations that remain evident in post-colonial States. One of the economic activities with great potential for the continent is tourism, especially when linked to culture and nature. This paper seeks to present some aspects of tourism development that demonstrate a trend towards the colonization of spaces and bodies. Vast bibliography on the subject is appreciated and analyzed together with fieldwork experiences that prove that, in Africa, tourism is a colonizing practice. Under particular analysis is the case of Tanzania, where situations experienced in two locations of high tourist interest – Zanzibar and Ngorongoro – allowed drawing parallels between the colonial period and the current forms of management of the territory for tourist use.

KEY-WORDS: Africa. Colonizing Tourism. Safari. Ngorongoro. Zanzibar.

RESUMEN: El continente africano tiene una vasta y rica historia, así como una inmensidad territorial que alberga una enorme variedad de paisajes y culturas. El proceso de colonización de África por parte de las potencias europeas estableció una serie de obstáculos para su desarrollo, además de imponer varias limitaciones que siguen siendo evidentes en los Estados poscoloniales. Una de las actividades económicas con gran potencial para el continente es el turismo, especialmente el vinculado a la cultura y la naturaleza. Este trabajo busca presentar algunos aspectos del desarrollo turístico, en la época contemporánea, que evidencian continuidades con las dinámicas de colonización de los espacios y los cuerpos. Se aprecia y analiza una vasta bibliografía sobre el tema junto con experiencias de campo que sugieren la interpretación de que, en África, el turismo es colonizador. En particular, se analiza el caso de Tanzania, donde las situaciones vividas en dos localidades de alto interés turístico -Zanzibar y Ngorongoro- permitieron establecer paralelismos entre el período colonial y las formas actuales de gestión del territorio para uso turístico.

PALABRAS CLAVE: África. Turismo Colonizador. Safari. Ngorongoro. Zanzibar.



INTRODUÇÃO

O continente africano possui uma imensidão territorial que abriga uma enorme variedade de paisagens e culturas. Dentre as diversas possibilidades para o seu desenvolvimento econômico, o turismo desponta como um importante caminho, com um elevado potencial para o crescimento na África subsaariana (CHRISTIE et al, 2013). O turismo moderno começa a se desenvolver pela Europa a partir da segunda metade do século XIX, graças à mobilidade social das burguesias, que puderam acumular capital para se dedicarem ao lazer, ao mesmo tempo em que começam a se desenvolver as companhias de transportes de massa (PEREZ, 2009).

A ‘era dos impérios’ se sobrepõe ao desenvolvimento do turismo, que passa de um fenômeno europeu a um fenômeno global, demonstrando que os impérios funcionaram como vetores ao longo dos quais o turismo pôde crescer e se expandir (BARANOWSKI et al, 2015). Nessa época, se delineiam diferentes ‘geografias do exótico’, a partir da expansão da fotografia, da etnografia, do turismo e dos transportes (PINTO, 2006). É então na ‘zona de contato’ – espaço dos encontros coloniais – onde as pessoas, geográfica e historicamente separadas, passam a estabelecer relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção e de desigualdade (PRATT, 1999).

O turismo é uma atividade que requer deslocamento e, por isso, se materializa na zona de contato, potencializando cada vez mais encontros entre diferentes grupos humanos e favorecendo as relações desiguais de poder, ao se apropriar dos lugares e dos corpos de seus habitantes como paisagens e serviços. As relações assimétricas de poder que privilegiam o viajante (*‘world traveller’*), são ideologicamente normalizadas e esse privilégio torna-se invisível, persistindo assim as disparidades de poder da era colonial nas relações entre turistas e população local – que raramente tem a chance de viajar (SMITH, 2018).

Como afirma Mkono (2019), o turismo está longe de ser um facilitador da compreensão intercultural, posto que reproduz imagens e feridas de um passado colonial. Os imaginários coloniais são traduzidos nas práticas turísticas contemporâneas, de modo que as fantasias turísticas tendem a essencializar o ‘outro’ (SALAZAR, 2013). Nesse caso, a teoria pós-colonial é útil para demonstrar que o discurso do turismo que promove a preservação (ou, de fato, uma reinvenção) do 'tradicional' para a mercantilização da



experiência turística é baseado em um desejo colonial de fixar a identidade do outro para que permaneça distinta da identidade do turista (HALL; TUCKER, 2004).

Dessa forma, o turismo frequentemente encena uma nostalgia imperialista, pois as performances turísticas reproduzem imagens estereotipadas, histórias desacreditadas e fantasias romantizadas (BRUNER, 2001). Em muitos casos, o turismo nos países em desenvolvimento está ligado à era do domínio colonial e as formas atuais de desenvolvimento do turismo ainda são influenciadas por valores filosóficos e ideológicos ocidentais e por processos exógenos imprevisíveis que respondem a interesses políticos e econômicos externos para atender demandas do mercado externo, reencenando narrativas coloniais e perpetuando relações coloniais centro-periferia (TUCKER; AKAMA, 2012).

Um aspecto pouco considerado como um fator que influencia os fluxos turísticos são os laços coloniais históricos e contemporâneos entre os mercados de origem e os destinos (MCKERCHER; DECOSTA, 2007). As colônias atuaram como poderosos catalisadores da globalização do turismo (BOUKHRIS; PEYVEL, 2019), visto que os antigos territórios coloniais se transformaram em destinos de férias favoritos para ocidentais em busca de ‘aventuras’ (FRÖMMING, 2009). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2020) para 2018, quase metade dos 1,5 milhão de turistas estrangeiros na Tanzânia, por exemplo, era proveniente da própria África, com alta relevância para os países vizinhos, em especial o Quênia. Descontados os visitantes africanos, ainda segundo a OMT, através do painel¹ de turismo, os principais centros emissores são Europa e América do Norte, com Estados Unidos, Inglaterra e Itália entre os principais.

Os estudos de McKercher e Decosta (2007) apontam que cidadãos naturais das antigas potências coloniais – destacando Inglaterra, França e Holanda – demonstram uma predileção para viajar a destinos que estavam sob o seu jugo colonial, o que se explica tanto por questões relacionadas ao imaginário colonial, quanto por motivos linguísticos e culturais. Assim, o turismo para destinos não ocidentais é concebido como articulador de uma forma de colonialismo, reproduzindo as relações perversas entre colonizadores e colonizados, que inclui a dominação da indústria turística por grandes agências de viagens ocidentais, companhias aéreas e cadeias hoteleiras (KOTHARI, 2015). O ‘colonialismo’

¹ Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-data/global-and-regional-tourism-performance> Acessado em 28 de junho de 2023.



deveria então ser incluído como uma variável em modelos de movimentos turísticos (MCKERCHER; DECOSTA, 2007).

Mudimbe (2013, p. 67), ao narrar o processo de colonização do continente africano, desde as primeiras missas portuguesas no século XV até o século XX, afirma que “o viajante se tinha tornado um colonizador”. Da mesma forma, Nash (1989) compara o turista ao conquistador e ao missionário, como o agente de contato entre diferentes culturas e a causa de mudanças, especialmente nas regiões do mundo com menor desenvolvimento econômico. Kothari (2015), por sua vez, afirma que turistas são sinônimos de viajantes coloniais. É possível então definir o ‘turista’ como um produto colonial, posto que é fruto dos processos de dominação colonial e segue reforçando esses mesmos aspectos de privilégio e superioridade (econômica e cultural).

Consideramos então que, grosso modo, o turismo promovido e praticado na atualidade é colonizador, pois está construído sobre uma base usurpadora, exploratória e injusta que propicia a manutenção das desigualdades sociais, exacerbando-as. Entendemos, assim, por ‘turismo colonizador’, aquele que não só herda as estruturas e as relações construídas a partir de uma história colonial, mas que mantém os formatos de dominação territorial e exploração do trabalho de povos (neo)colonizados. Este turismo colonizador seria o modelo de viagens mais fomentado e praticado em regiões anteriormente colonizadas, dentre elas a África, onde o recurso paisagem é apropriado para o lazer (exclusivo) dos visitantes estrangeiros.

O objetivo deste trabalho é abordar a forma como o turismo moderno foi estabelecido na África pelos esquemas coloniais e como isto segue reverberando nas atuais formas de desenvolvimento da atividade. A intenção é demonstrar – a partir de dois casos na Tanzânia – como o turismo se desenvolve hoje na África seguindo as premissas de dominação e exploração do período colonial e voltado para atender e beneficiar aos colonos e seus descendentes e aos turistas oriundos das metrópoles que antes impuseram seu domínio sobre os países africanos e continuam a usufruir das condições favoráveis a eles.

Este trabalho visa relacionar de que maneira os processos de proteção da natureza e a consequente turistificação desses espaços estão assentados em um ideal ocidental de controle do território e culto ao luxo. A proposta da reflexão é apresentada por meio de duas situações vivenciadas em dois destinos africanos de alto interesse turístico, que, por sua vez, contribuíram para a formulação da tese sobre o ‘turismo colonizador’ (COELHO,



2022). Buscamos assim, refletir sobre os formatos de turismo praticados em países africanos e suas conexões com os modelos coloniais de exploração dos espaços e dos corpos. A partir de experiências de viagem do primeiro autor através da África, buscamos refletir sobre a colonialidade do turismo.

A descrição se baseia, portanto, em uma experiência pessoal do primeiro autor durante viagem – em 2014 – de seis meses por dez países do continente africano. À época, as tentativas de conhecer exemplos de comunidades que desenvolvem o turismo em áreas naturais nem sempre puderam ser concretizadas, por limitações logísticas e/ou financeiras. Nas circunstâncias em que foi possível visitar essas áreas – muitas vezes de maneiras alternativas, que escapavam ao mercado turístico convencional – foi possível vislumbrar algumas oportunidades para o empoderamento e o protagonismo comunitário, gerando a tese sobre (a possibilidade de) um ‘turismo libertador’ (COELHO, 2022).

Vasto referencial bibliográfico foi consultado para embasar a argumentação sobre os aspectos coloniais, decoloniais e pós-coloniais, com especial atenção às questões que tangem os temas da conservação e do turismo. Ademais, diversas estratégias metodológicas apoiaram a pesquisa de campo, em especial, a autoetnografia e a ‘viagem etnográfica’. Segundo Denshire (2014), a autoetnografia se vale da experiência do pesquisador, desafia a autoria silenciosa e rompe com a dicotomia entre o eu e o outro, em uma escrita que cruza os espaços da vida pessoal e profissional. Nesse sentido, a autoetnografia tem o compromisso metodológico de envolver reflexivamente o eu do pesquisador como parte integrante do empreendimento etnográfico (ANDERSON; AUSTIN, 2012).

Já a ‘viagem etnográfica’ é uma terminologia utilizada pelo escritor Mario de Andrade para se referir a suas viagens ao Nordeste do Brasil e se manifesta também em sua viagem pela Amazônia, na qual o autor se intitula ‘turista aprendiz’ (ANDRADE, 2015). Souza e Tomazzoni (2021, p. 4) analisam esta perspectiva em que um turista – na posição de ‘viajante etnógrafo’ – ronda o limite das culturas e linguagens humanas e a curiosidade do viajante se une à minúcia do pesquisador. Para os autores, “o método etnográfico confunde-se com o método turístico, no sentido de ir ao encontro e de ter contato direto com outras identidades e manifestações culturais” (SOUZA; TOMAZZONI, 2021, p. 4). Como afirma Salazar (2013), antropologia e turismo estão próximos em vários aspectos práticos, históricos e conceituais.



É importante então realçar a posição de pesquisador de sujeitos que escolheram investigar o tema das viagens, tomando suas próprias jornadas como fonte de inspiração, aprendizado e investigação. Portanto, este estudo pretende demonstrar a urgência de se repensar as práticas turísticas ainda dominantes nos países ditos ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’, buscando formas mais justas e dignas para as populações locais reproduzirem seus modos de vida e visões de mundo, e elegerem suas próprias formas de desenvolvimento baseadas no uso e na conservação dos ambientes em que vivem e do qual dependem.

AS VISÕES COLONIAIS SOBRE CONSERVAÇÃO E TURISMO

O colonialismo moldou o projeto de ocidentalização e modernidade em todo o mundo (D’HAUTESERRE, 2004). A narrativa da ‘modernidade’ tem origem na Europa e constrói a civilização ocidental ao celebrar suas conquistas, enquanto esconde seu lado mais sombrio, a ‘colonialidade’ (MIGNOLO, 2017). Com a preocupação de não parecer, em si, colonizada, análise não considera a época das navegações e conquistas europeias como o marco inicial das viagens, mas como o período que dá início ao ‘sistema-mundo colonial / moderno’ (GROSFOGUEL, 2008), que, por sua vez, cria as condições para o desenvolvimento do turismo.

Para a compreensão sobre os processos colonizadores associados ao turismo, é importante traçar um histórico sobre as viagens modernas e as formas de colonização associadas a elas. Nos séculos de expansão colonial e dominação, a chegada sistemática dos europeus a outros continentes como África, Ásia e América fez aflorar entre os seus conterrâneos o imaginário sobre essas terras longínquas, que remetiam a antigos projetos de conquista do Oriente (SILVEIRA, 2018). Da mesma forma, os processos de investigação sobre ‘Natureza’ despertaram o interesse de naturalistas europeus, ávidos por conhecer ‘novos mundos’, o que faz da história da ciência moderna, uma história da viagem humana pelo mundo (CARNEIRO, 2001). E, no período das colonizações, ‘natureza’ significava regiões e ambientes não dominados por ‘europeus’ (PRATT, 1999).

A ideia de exótico – que se refere a povos e paisagens distantes – se constitui em oposição àquilo que é compreendido como civilização europeia, a partir do encontro com os ‘outros coloniais’ (PINTO, 2006). Portanto, a maneira como o imaginário europeu se formou em relação aos continentes e aos povos colonizados é também um importante



fator na abordagem sobre os processos atuais de constituição do turismo, pois os discursos herdados do passado – orientalismo, colonialismo e imperialismo – parecem ser terreno fértil para sonhos turísticos nostálgicos (SALAZAR, 2013), visto que o discurso colonial está presente no imaginário e no comportamento de turistas em todo o mundo pós-colonial (TUCKER; AKAMA, 2012).

No período colonial, a Europa havia se tornado maníaca pelas viagens e pelo encontro com o ‘outro’, ampliando o seu objeto de interesse, estudo e reflexão (MELLO, 2010) e o que os viajantes relatavam sobre as terras exploradas passava a definir a identidade destas. Nesse sentido, “o relato de viagem e a história natural iluminista se aliaram para criar uma forma eurocêntrica de consciência global” (PRATT, 1999, p. 29). Posteriormente, os naturalistas viajantes tornam-se os olhos de um corpo comum de conhecimentos que buscava se constituir na Europa através da classificação de todas as formas de vida (CARNEIRO, 2001). Hall e Tucker (2004, p. 07), afirmam que “a geografia era a ciência do imperialismo por excelência”, pois suas práticas eram inteiramente adequadas ao projeto colonial.

A África, que há muito fazia parte do imaginário de viajantes e exploradores, era vista como um ‘Éden’ (NEUMANN, 1995). Foram as viagens de exploração ao interior do continente africano e outras expedições mais notáveis, as responsáveis por impulsionar o processo de interiorização da colonização (HALLETT, 1963). À medida que os grandes terrenos não mapeados eram explorados, toda a natureza tornou-se vulnerável à colonização pelo mito do Éden (GROVE, 1992). Mudimbe (2013) destaca o papel dos missionários nesse processo, sendo David Livingstone o mais famoso deles. Foi durante o século XIX que – graças aos esforços de exploradores, comerciantes e missionários – os contatos, antes limitados ao litoral, se expandiram gradualmente em direção ao interior (BOAHEN, 2010). Posteriormente, já no século XX, obras literárias de Ernest Hemingway e imagens do presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt caçando leões e elefantes instigaram o interesse ocidental pelos safaris e pela caça de troféus (BROWER, 2005; BIRD, 2018).

Desde o séc. XIX muitos viajantes se deslocavam para a África exclusivamente para caçar (STEINHART, 1989). A caça era (e ainda é) uma atividade de luxo que desenvolveu o setor de turismo de vida selvagem na África, reforçando as ligações com Europa e Estados Unidos, de onde provinham os turistas (GISSIBL, 2016). A figura de uma África como ‘reservatório de mistérios’, representa o discurso ocidental do ‘desejo



pelo selvagem', sem entraves, nem culpa (MBEMBE, 2014). O imaginário que os turistas constroem sobre os lugares que visitam é claramente uma projeção da consciência ocidental, que sugere a imagem do homem natural selvagem, próximo da natureza e ainda não oprimido pela civilização europeia (BRUNER, 1991).

O próprio conceito de natureza legalmente protegida tem um forte legado colonial, pois, como aponta Randeria (2007), os antecedentes históricos da ideia de áreas protegidas podem ser localizados nas políticas ambientais coloniais. Para Neumann (1995), foram os britânicos que levaram uma concepção tanto de natureza, quanto de natureza protegida para a África. Pois foi devido à crescente urbanização e industrialização (impulsionadas pelos processos de colonização), que as sociedades ocidentais passaram a se preocupar em reservar porções de natureza 'intocada' que pudessem proporcionar oportunidades de lazer (MCCORMICK, 1992).

O conceito de '*wilderness*' como a natureza intocada ou indomável é principalmente uma percepção urbana e elitista, construída por pessoas distanciadas do ambiente natural (GOMEZ-POMPA; KAUS, 1992). O mito do *wilderness* como terra 'virgem' desabitada sempre foi cruel com os povos indígenas que antes chamavam esses lugares de lar, mas se viram forçados a se mudar para que os turistas pudessem desfrutar da ilusão de um 'Éden' (CRONON, 1995). Ao narrar o caso estadunidense de conquista das fronteiras oestes, Cronon (1995) diz que *wilderness* emergiu como a paisagem predileta para os turistas da elite, para quem as terras selvagens eram lugar de recreação e para onde iam como consumidores das paisagens.

A criação do Parque Nacional de Yellowstone estabeleceu um precedente no planejamento da conservação: o de separar as pessoas das áreas protegidas enquanto justifica a prática conservacionista por meio do desenvolvimento econômico através do turismo (KING, 2009). A partir de Yellowstone, em 1872, os Estados Unidos inventaram o rótulo de 'parque nacional' para preservar as maravilhas naturais do país, visando confinar a 'natureza' a um 'parque' que teria então status de patrimônio nacional (GISSIBL, HÖHLER & KUPPER, 2012).

O modelo estadunidense de parques nacionais foi copiado em vários outros países (MCCORMICK, 1992), o que contribuiu para que as ideias e instituições ocidentais se tornassem fundamentais na formação de ideias e instituições coloniais (e pós-coloniais) para a gestão da natureza (RANDERIA, 2007). Cronon (1995) conclui que muitos ambientalistas estão começando a perceber que exportar as noções americanas de



wilderness pode se tornar uma forma de imperialismo cultural. A crítica pós-colonial argumenta que os modelos ocidentais de desenvolvimento do turismo e da conservação da vida selvagem estão embutidos em um legado colonial centrado na exclusão de suas comunidades indígenas (AKAMA et al, 2011).

As autoridades coloniais, com o argumento da proteção da vida selvagem, estabeleceram parques nacionais, principalmente para fins de caça e turismo, ao mesmo tempo em que expulsavam as populações indígenas (KING, 2009). Um documento² sobre a colônia de Moçambique diz que “África é o ‘paraíso dos caçadores’”, onde “uma fauna riquíssima em variedade e abundância se oferece, tentadora ao caçador” (PORTUGAL, 1940, p. 45). Nos parques e reservas, a natureza foi produzida com base na visão da África como uma selva primitiva (NEUMANN, 1995) e, embora as áreas protegidas sejam vistas como a natureza operando fora da esfera humana, seu estabelecimento e gerenciamento são ações altamente políticas, pois funcionam como um mecanismo de formação e controle do Estado sobre o espaço e as sociedades (KING, 2009).

Havia dimensões raciais e de gênero na criação dos parques nacionais, pois compartilhavam um sentido de ‘brancura’ e ‘masculinidade’, assumindo a necessidade de desenvolver países de ‘homens brancos’³ (HARPER; WHITE, 2012). O referido documento sobre a colônia de Moçambique fala sobre o "homem branco portador da civilização", e afirma que "a caça em África é hoje ainda e sê-lo-á por muitos anos um contínuo apêlo à audácia e à bravura, à astúcia e à aptidão do Homem, um viril motivo de heroísmo" (PORTUGAL, 1940, p. 45). Assim, os parques nacionais eram representações simbólicas da visão europeia da África e, portanto, apropriados para uso exclusivo dos europeus, servindo como demonstração do poder dos Estados coloniais de controlar o acesso ao território (NEUMANN, 1995).

A relação entre o turismo e as áreas naturais protegidas se apresenta então como um duplo⁴ exemplo da perda de controle das populações locais sobre seus territórios. Primeiro a conservação – aplicando o que Guha (1997) classifica como “imperialismo

² A coleção ‘Moçambique - Documentário trimestral’ foi publicada entre 1935 e 1961 pelo Governo Geral de Moçambique. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/MDT.aspx> Acessado em 2 de julho de 2023.

³ Os autores se referem às colônias britânicas na América do Norte, África e Oceania. Sène-Harper e Séye (2019) analisam a forma como a administração colonial francesa estabelecia os parques no Senegal, desconsiderando os usos tradicionais e a posse comunal da terra pelas populações locais, enquanto priorizava o interesse comercial privado.

⁴ Na verdade, já representando desdobramentos da principal privação de direito à terra, advindo do processo de colonização.



conservacionista” – altera as dinâmicas locais de atuação nos espaços, e em seguida o turismo se apropria dos territórios, incorporando-os a sua lógica de mercantilização e consumo das paisagens, transformando as áreas naturais em “paraísos perdidos” (BRUNEL, 2009). É o que Crick (1989, p. 307) chama de "imperialismo do lazer", que considera como sendo a “face hedonista do neocolonialismo”, em que áreas do próprio país são entregues ao prazer exclusivo de estrangeiros.

À medida que a ‘fronteira turística’ avança sobre locais ‘intocados’ e ‘não descobertos’⁵, cresce seu valor aos olhos dos interesses privados, pois, se no passado eram espaços de pouca relevância para a indústria turística, tornam-se cada vez mais valiosos devido à sua crescente raridade (COHEN, 2002). Isto remete à noção moderna de que a periferia está desaparecendo, visto que não há lugar onde os turistas não alcancem (HALL et al, 2013). Conseqüentemente, a preservação desses locais suscita a preocupação de muitos por razões ecológicas, culturais e sobretudo econômicas, pois tornam-se um novo ‘recurso’, cuja exploração ‘sustentável’ exige a imposição de regras de controle e limitações de acesso, acabando por inverter a lógica econômica e fazendo das áreas mais remotas, as mais caras – uma vez que abrigam atrações naturais ou culturais particularmente valiosas (COHEN, 2002).

Nesse sentido, o turismo (re)inscreve estruturas e narrativas colonizadoras em um emaranhado profundo com o poder colonial (GRIMWOOD; STINSON; KING, 2019), de modo que parece ter um legado substancial nas relações entre antigos colonizadores e colonizados (HALL; TUCKER, 2004). As paisagens naturais surgem então como espaços a serem domesticados e explorados. Assim, o turismo induz a impressão de que parques e áreas naturais são reservados para que os estrangeiros brancos ricos se divirtam (MYERS, 1972). Ao mesmo tempo, a caça como prática turística e símbolo do imperialismo europeu foi reformulada como um turismo de luxo baseado em uma complexa atuação do poder branco / masculino sobre os espaços coloniais ‘selvagens’ (GISSIBL, 2016), tornando-se um meio importante para os exploradores e colonos estabelecerem um papel privilegiado para si mesmos (GARLAND, 2008).

A caça de grandes animais foi percebida como um símbolo importante do domínio europeu sobre natureza e sociedade, portanto, a evolução do turismo de safári tem suas

⁵ ‘Não descobertos’, apenas na perspectiva dos turistas do norte que, assim como seus antecessores – os pretensos descobridores (mas, de fato, invasores) – sempre imaginam encontrar o ‘intocado’, ao passo que as terras alcançadas pelo avanço colonizador do turismo eram, desde muito antes, habitadas e povoadas.



origens no período das expedições de caça pelos pioneiros europeus e aventureiros estadunidenses (AKAMA, 2004). O safári de caça representou o sacrifício da vida selvagem africana para a satisfação de uma minoria rica (GISSIBL, 2016), fazendo da caça esportiva o maior paradoxo do ecoturismo (HONEY, 1999).

Exposta a argumentação teórica sobre as formas como o turismo e a conservação da natureza seguem uma lógica colonial de controle do espaço e dos corpos, serão apresentadas a seguir duas situações vivenciadas durante a viagem através da África, em particular, na Tanzânia, que permitiram confirmar as impressões sobre a colonialidade do turismo.

AS PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO COLONIZADOR

Foi enquanto viajante na África que os aspectos colonizadores do turismo puderam ser percebidos e vivenciados. Ao longo da viagem de seis meses, que percorreu mais de 20 mil quilômetros por terra e água, puderam ser distinguidas várias Áfricas, das quais se destacaram, genericamente, duas: a África dos africanos⁶ – sejam eles negros (bantu), bosquímanos, etíopes ou descendentes dos árabes – e a África dos brancos, sejam eles descendentes dos colonos ou turistas em viagem. A fronteira entre elas é abissal. A primeira é escassa em infraestrutura⁷, pois, como relatou detalhadamente N’Krumah (1967), os colonizadores não tinham interesse em desenvolver nada além de seus acessos às riquezas do continente. A segunda possui tudo para suprir os habitantes das metrópoles coloniais daquilo que o imaginário projeta como positivo em África, sempre relacionado à natureza, ao selvagem (*wilderness*) e aos ‘exóticos’ membros das mais variadas ‘tribos’.

A viagem foi transcorrendo de maneira livre, de modo a deixar o inesperado e o imponderável ditarem as decisões sobre o planejamento. Tendo como ponto de partida Angola e como destino final a Etiópia – além de alguns locais de interesse a serem visitados ao longo do caminho – um possível percurso se delineava, considerando-se o tempo de seis meses e como meio de locomoção o transporte local terrestre. Desde o início as visitas a áreas protegidas se revelariam caras e de difícil acesso, já indicando o

⁶ Não existe uma homogeneidade nesta categoria geográfica “África”, nem tampouco os “africanos” compõem um grupo social mais ou menos coeso face aos “brancos”. Mas para esta análise procuramos construir (empiricamente) esta diferenciação, que embasa a argumentação sobre a colonialidade do turismo.

⁷ Com as exceções dos locais ocupados pelas elites africanas pós-coloniais.

aspecto exclusivista (e excludente) do turismo na África. Mas foi na Tanzânia que esta percepção se tornaria ainda mais evidente. Primeiro em Zanzibar e depois em Ngorongoro, foi na antiga colônia alemã e britânica (Figura 1) que as ideias sobre o turismo colonizador se concretizaram, para o primeiro autor deste artigo.

Figura 1: Mapa da Tanzânia e suas áreas protegidas, em destaque a ilha de Unguja, no arquipélago de Zanzibar e a *Ngorongoro Conservation Area*.



Fonte: <https://www.african-pride.co.uk/tanzania-zanzibar/ngorongoro-conservation-area>

Zanzibar é um arquipélago formado pelas ilhas principais de Unguja e Pemba e considerada o centro de dispersão da cultura suaíli, ou ‘povo da costa’ (M’BOKOLO, 2011). A civilização suaíli – formada pelas interações entre uma população de língua bantu do interior da África e migrantes árabes, persas e indianos – teve seu apogeu entre os séculos XII e XV, até a chegada dos conquistadores portugueses no século XVI, que séculos mais tarde perderam o controle da costa índica para os omani – que viriam a transferir sua capital para a ilha em 1840, período em que concentrava a maior produção de cravo-da-índia do mundo (MATVEIEV, 2010; M’BOKOLO, 2011).

Pelas ruelas estreitas da histórica Stone Town – entre igrejas, mesquitas, lojas de souvenirs e um museu da escravatura – uma experiência contribuiria para a percepção sobre o turismo colonizador. Em uma pequena casa de chás, foi possível perceber quanta história do mundo caberia dentro de uma xícara. Quantos navios negreiros transportaram africanos escravizados para os canaviais e engenhos das Américas; quantas plantações de *Camellia* nos países colonizados da Ásia, e quantas especiarias plantadas e comercializadas em tantas outras colônias, para que os europeus (britânicos em especial) pudessem desfrutar de uma xícara de chá?

O chá talvez seja um dos maiores símbolos do Império Britânico, e não há nada em seus elementos que seja produzido na ilha da Inglaterra. As folhas, as especiarias e o açúcar, cada elemento que compõe a “bebida que conquistou o mundo” (STANDAGE, 2005, p. 139), exigiu do império que a consumia a manifestação de sua maior característica à época: o poder de conquistar o mundo. Consequentemente, “a história do chá é a história do imperialismo, da industrialização e da dominação mundial” e reflete o poder e o alcance do Império Britânico (STANDAGE, 2005, p. 140).

Mas foi nas praias de Nungwi, ao norte da ilha de Unguja, que ficou evidente a colonização pelo turismo em Zanzibar. Hotéis e resorts de extremo luxo ocupam a frente das praias até a faixa de areia e rochas alcançadas pelas marés (Figuras 2 e 3), e ali são colocados guerreiros maasai como seguranças. Ou seja, durante parte do dia, não é possível nem mesmo transitar pela areia, devido às ondas da maré alta que quebram nas rochas. Portanto, se um turista não está hospedado em um desses hotéis, não pode frequentar a praia em frente e, como toda a praia é ladeada por hotéis de luxo, o acesso a esses trechos fica restrito a seus privilegiados e endinheirados hóspedes.

Figuras 2 e 3: Equipamentos turísticos avançam até a água, em Nungwi



Fotos: EduCoelho, 2014.



A relação entre a apropriação do espaço e o usufruto exclusivo dos turistas permite fazer uma análise através do que Albert Memmi (2003) fala sobre a usurpação⁸, relacionando o colono ao turista e o colonizado às populações locais: o turista, é um ser ilegitimamente privilegiado, ou seja, um usurpador, que sabe que é um usurpador. Para Memmi (2003, p. 95), “aceitar a realidade de ser um [turista] colonizador significa concordar em ser um privilegiado não legítimo, ou seja, um usurpador”. A constatação foi que, nas areias de Nungwi, os grandes empreendimentos hoteleiros (provavelmente pertencentes a investidores estrangeiros) se apoderaram do acesso ao mais belo atrativo natural da ilha de Unguja, que compõe o imaginário sobre Zanzibar.

A outra situação – que levou a solidificar a constatação de um sistema (neo)colonial associado ao turismo – aconteceu no interior da Tanzânia, nos planaltos de Ngorongoro e comprova o que já afirmava Honey (1999), que, na Tanzânia, as áreas protegidas são o foco do *boom* do turismo e palco central das lutas sociais rurais. Desde seu planejamento, a viagem pela África buscava o contato próximo com as populações locais, evitando os espaços da bolha turística e tentando conhecer exemplos de comunidades que desenvolvessem o turismo em áreas protegidas. Após algumas experiências frustradas e outras bem-sucedidas em visitas a parques e reservas, o caso da *Ngorongoro Conservation Area* (NCA) parecia propício para futuras investigações que já se desenhavam à época. A relação histórica de criação da área protegida, com a permanência dos povos tradicionais e o avançado desenvolvimento do turismo, se apresentava como uma rica possibilidade para a pesquisa sobre turismo de base comunitária.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o contexto local, primeiramente foi visitado o escritório da *Ngorongoro Conservation Area Authority* (NCAA) em Arusha. A estratégia era então tentar conhecer o escritório dentro da área protegida e, para isso, foi preciso chegar mais próximo do destino final, até a cidade de Karatu, onde também há um pequeno escritório da NCAA. Em contato com os funcionários, era explicada a intenção de conhecer melhor a realidade, conversar com trabalhadores, entender melhor alguns contextos, para o planejamento de uma futura

⁸ Memmi refere-se à existência de um grupo de colonos que convive diariamente com a população colonizada, por vezes até sendo simpático a seus interesses. O turista tem essa máscara de se fazer simpático e amigável, mesmo quando a relação é fantasiosa e de servilidade. E apesar de um turista específico estar ali por um tempo restrito, a categoria social 'turista', está sempre ali, sempre se divertindo a lazer, ano após ano, sempre distribuindo sorrisos e gorjetas, enquanto usurpa o lugar dos que agora o servem.

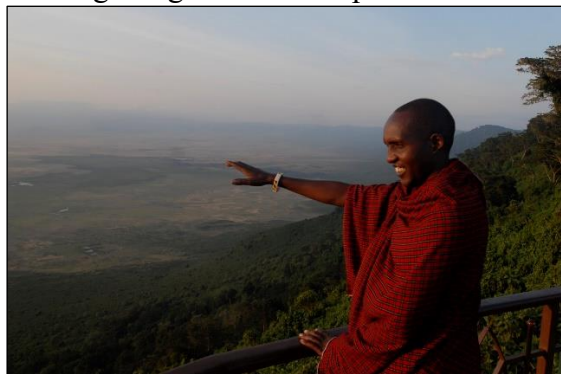


pesquisa. As opções que eram apresentadas pelos funcionários seriam a de solicitar autorização de pesquisa ao órgão oficial da Tanzânia, ou proceder com uma visita turística, que deveria ser contratada em alguma agência de turismo de safari.

Como as agências não se mostravam uma opção economicamente viável e não seria possível conseguir autorização de pesquisa a tempo, restava apenas a tentativa de obter a autorização para conhecer o escritório local. Com mais insistência foi possível contato com um alto funcionário do escritório dentro da NCA e, novamente, explicada toda a situação, que sempre voltava para as opções de solicitar autorização de pesquisa ou visitar através de agência. Quando finalmente foi esclarecido que o viajante não tinha tempo para esperar a autorização e nem dinheiro para visitar através de agências, veio a resposta categórica: *“if you don't have money, don't come to Ngorongoro”*, (“se você não tem dinheiro, não venha para Ngorongoro”). Naquele momento ficou claro que aquele notório ambiente, suas paisagens, animais e povos tradicionais se tornavam cada vez mais uma exclusividade das elites econômicas dispostas a pagar altos valores para avistá-los. A partir de então consolidou-se a ideia sobre o que viria a ser conceituado como ‘turismo colonizador’ (COELHO; GONTIJO, 2019; COELHO; 2022).

A experiência do viajante – de tentar visitar parques e reservas com um orçamento limitado e buscando escapar da bolha turística – demonstrou que os safaris parecem estar moldados para um perfil de visitante: ocidental, branco, rico e que se interessa quase exclusivamente por vivências de natureza (Figura 4). Não fosse o convite de um maasai para pernoitar em sua residência (Figura 5), não teria sido possível a visita à renomada área protegida. A frase que determina a negação de acesso a Ngorongoro para aqueles visitantes com pouca disponibilidade de dinheiro, poderia se referir a qualquer outra famosa área protegida da África. É como se o luxo se tornasse um elemento indispensável da economia política da conservação (GISSIBL, 2016).

Figura 4: Turistas ocidentais e seus veículos de safari ao fundo. Figura 5: O anfitrião maasai apresenta a famosa cratera de Ngorongoro a seu hóspede.



Fotos: EduCoelho, 2014.

No caso de Ngorongoro, historicamente, leis de conservação foram usadas para desapropriar os maasai, desarranjando seus modos de vida tradicionais e ameaçando sua própria sobrevivência (CURRIER; MITTAL, 2021). Há mais de três séculos ocupantes das terras do Serengeti e Ngorongoro, os maasai são pastoralistas que habitam vastas áreas da Tanzânia e do Quênia (NELSON, MAKKO, 2005). Com a definição dos limites do Parque Nacional do Serengeti, em meados do século XX, os maasai foram expulsos da área e proibidos de conduzir seu gado para as planícies férteis em busca de água e pasto (NEUMANN, 2003). A decisão que gerou conflitos com o governo colonial levou à elaboração de novos limites para o Parque e a criação da *Ngorongoro Conservation Area* como tentativa de compatibilizar a conservação com a manutenção das populações maasai (ROGERS, 2009).

No entanto, recentemente foram revelados planos de expulsar os maasai de suas terras para criar um corredor de vida selvagem para caça de troféus e turismo de elite (SUTHERLAND, 2022). O argumento de proteção ambiental – usado para justificar a expulsão dos maasai, primeiro do Serengeti e agora de Ngorongoro – está sendo sacrificado pela ganância por lucros turísticos (HONEY, 1999). Gardner (2016) apresenta uma extensa crítica ao neoliberalismo da conservação, detalhando o processo de comodificação da paisagem, em que caçadores ricos querem se apropriar de extensas áreas entre Serengeti e Ngorongoro para utilizar como um playground particular.

O meio ambiente está se tornando cada vez mais comoditizado, gerenciado e comercializado através das políticas ambientais neoliberais (BUTT, 2012). A neoliberalização dos recursos periféricos cria as condições para a expansão do imperialismo ecológico, reestruturando as relações sociais e de propriedade que



governam a natureza e, assim, permitindo sua privatização e mercantilização (FRAME, 2016). A neoliberalização representa uma nova forma de regulação da natureza por meio de sua mercantilização, o que implica em novos tipos de territorialização (IGOE; BROCKINGTON, 2007). Por meio do ecoturismo, a conservação neoliberal se apropria das paisagens, enquanto transforma as populações locais em invasores em suas próprias terras (BLUWSTEIN, 2017).

A situação atual de Ngorongoro prova que a conservação e o turismo são objetivos mais importantes do que o desenvolvimento pastoril dos maasai (ROGERS, 2009) e que o legado colonial sobre o controle da natureza foi incorporado às instituições e práticas do Estado pós-colonial (RANDERIA, 2007). É uma nova batalha na guerra que vem acontecendo há anos entre o povo maasai e o governo da Tanzânia, em nome da ‘conservação’ da natureza (JEANNIN, 2022). A nova tentativa de colonização do território ocupado pelos maasai agora tem abertamente o interesse na apropriação privada de uma área que é patrimônio da humanidade, para fins de ‘conservação’ e luxo exclusivo e excludente, que caracterizam o *modus operandi* do turismo colonizador.

Zanzibar e Ngorongoro parecem carregar as características predatórias da inserção de um formato de turismo construído sobre bases coloniais e que não respeita os lugares, a cultura e as tradições. As populações locais passam a cumprir um papel de servilidade, tendo suas tradições fixadas apenas naqueles aspectos que interessam à exploração financeira. Esses dois exemplos da Tanzânia também puderam ser percebidos em diversos outros locais da África, durante a viagem que percorreu dez países do continente. Esta reflexão buscou apresentar uma síntese sobre um tema que enseja novas análises, tanto no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos nos locais estudados, quanto em outros contextos africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos argumentar que a África aparece no imaginário turístico como uma paisagem edênica a ser conquistada. Mas quais formatos de turismo podem prosperar na África? E, mais ainda, quais modelos de turismo os africanos almejam construir? Para Krippendorf (2009, p. 15), “os visitados estão se preparando para a revolta”. A perda do controle sobre seus territórios e a subordinação aos interesses do capital turístico podem de fato levar os anfitriões a uma luta para se libertarem. Mas, infelizmente, o que



demonstra se desenrolar em Ngorongoro vem para comprovar veementemente que o turismo é, de fato, colonizador. Se já pouco existia real esperança em um turismo libertador, Ngorongoro é um exemplo de que, muitas vezes, não há.

O avanço do ímpeto colonizador do homem branco – também enquanto turista – sobre as terras onde viviam e ainda vivem os povos colonizados, nunca cessou. A triste situação enfrentada pelos maasai na Tanzânia não é um caso isolado, mas sim um indicativo das mais amplas dificuldades enfrentadas pelos indígenas em todo o mundo (CURRIER; MITTAL, 2021). Além de ser uma abominação considerar que dezenas de milhares de pessoas estejam sob a ameaça de serem colocadas na condição de ‘refugiados da conservação’ (DOWIE, 2006) – completamente desterritorializadas de seu lar – é gigantesco o desserviço que essa situação presta tanto à ‘conservação’, quanto ao ‘ecoturismo’, pois ambos parecem estar atuando em conjunto para que as mais belas paisagens da África estejam disponíveis exclusivamente para uma parcela privilegiada da população mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKAMA, J. Neocolonialism, dependency and external control of Africa’s tourism industry A case study of wildlife safari tourism in Kenya. In: HALL, C.; TUCKER, H. (ed.) **Tourism and Postcolonialism** – Contested discourses, identities and representations. Routledge, 2004, p. 140-152.
- AKAMA, J.; MAINGI, S.; CAMARGO, B. Wildlife Conservation, Safari Tourism and the Role of Tourism Certification in Kenya: A Postcolonial Critique. **Tourism Recreation Research**, v. 36, n. 3, p. 281-291, 2011.
- ANDERSON, L.; AUSTIN, M. Auto-ethnography in leisure studies. *Leisure Studies*. V. 31, N. 2, p. 131–146, 2012.
- ANDRADE, M. **O turista aprendiz** – edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: IPHAN, 2015
- BARANOWSKI, S.; ENDY, C.; HAZBUN, W.; HOM, S.; PIRIE, G.; SIMMONS, T.; ZUELOW, E. Discussion: Tourism and empire. **Journal of Tourism History**, p. 1-31, 2015.



BIRD, M. Stolen Trophies: Hunting in Africa Perpetuates Neo-Colonial Attitudes and is an Ineffective Conservation Tool. **Journal of Integrative Research and Reflection**, v. 1, p. 37-46, 2018.

BLUWSTEIN, J. Creating ecotourism territories: Environmentalities in Tanzania's community-based conservation. **Geoforum**, v. 83, p. 101–113, 2017.

BOAHEN, A. Tendências e processos novos na África do século XIX. In. ADE AJAYI, J. (ed.) **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 47-76.

BOUKHRIS, L.; PEYVEL, E. Tourism in the context of postcolonial and decolonial paradigms. **Via Tourism Review**, v. 16, p. 1-14, 2019.

BROWER, M. Trophy Shots: Early North American Photographs of Nonhuman Animals and the Display of Masculine Prowess. **Society and Animals**, v. 13, n. 1, p. 13-31, 2005.

BRUNEL, S. Turismo e mundialização: rumo a uma disneylandização universal?. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 8, n. 15, p. 7-18, 2009.

BRUNER, E. The Maasai and the Lion King: Authenticity, Nationalism, and Globalization in African Tourism. **American Ethnologist**, v. 28, n. 4, p. 881-908, 2001.

BRUNER, E. Transformation of self in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 18, p. 238-250, 1991.

BUTT, B. Commoditizing the safari and making space for conflict: Place, identity and parks in East Africa. **Political Geography**, v. 31, p. 104-113, 2012.

CARNEIRO, H. O múltiplo imaginário das Viagens modernas: ciência, Literatura e turismo. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 35, n. 2, p. 227-247, 2001.

CHRISTIE, et al, BANCO MUNDIAL, 2013.

COELHO, E.; GONTIJO, B. Sobre o “Turismo Colonizador” e o “Turismo Libertador”. **Anais do XVII EGAL – Encontro de Geógrafos de América Latina**. Quito, 2019.

COELHO, E. O turismo é colonizador. Bases comunitárias para um turismo libertador – experiências decoloniais na Amazônia Brasileira e na Savana Africana. **Tese em Geografia apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2022.

COHEN, E. Authenticity, Equity and Sustainability in Tourism, **Journal of Sustainable Tourism**, v. 10, n. 4, p. 267-276, 2002.



- CRICK, M. Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. *Annu. Rev. Antropol.* V. 18, p. 307-344, 1989.
- CRONON, W. **Uncommon Ground**: toward reinventing nature, New York: W. W. Norton & Co., 1995.
- CURRIER, A.; MITTAL, A. **The looming threat of eviction**: the continued displacement of the maasai under the guise of conservation in Ngorongoro Conservation Area. California: The Oakland Institute, 2021.
- D’HAUTESERRE, A. Postcolonialism, Colonialism, and Tourism. In: LEW, A.; HALL, C.; WILLIAMS, A. (ed). **A companion to tourism**. Blackwell Publishing Ltd, 2004, p. 235-245.
- DENSHIRE, S. On auto-ethnography. **Current Sociology Review**. v. 62, n. 6, p. 831–850, 2014.
- DOWIE, M. Refugiados Da Conservação. Artigos n.º 4. **Orion Magazine**. São Paulo, 2006.
- FRAME, M. The Neoliberalization of (African) Nature as the Current Phase of Ecological Imperialism, **Capitalism Nature Socialism**, p. 1-19, 2016.
- FRÖMMING, U. Kilimanjaro’s melting glaciers: on the colonial and postcolonial perception and appropriation of African nature. **Etnográfica**. v. 13, n. 2, p. 395-416, 2009.
- GARDNER, B. **Selling the Serengeti**: the cultural politics of safari tourism. University of Georgia Press: Georgia, 2016
- GARLAND, E. The Elephant in the Room: Confronting the Colonial Character of Wildlife Conservation in Africa. **African Studies Review**, v. 51, n. 3, p. 51-74, 2008.
- GISSIBL, B. The conservation of luxury: Safari hunting and the consumption of wildlife in twentieth-century East Africa. In: HOFMEESTER, K.; GREWE, B. (ed). **Luxury in Global Perspective**. Objects and Practices, 1600-2000. Cambridge University Press, 2016, p. 263-300.
- GISSIBL, B. HÖHLER, S.; KUPPER, P. **Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective**. Berghahn Books, 2012.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Taming the Wilderness Myth. **BioScience**, v. 42, n. 4, p. 271-279, 1992.
- GRIMWOOD, B.; STINSON, M.; KING, L. A decolonizing settler story. **Annals of Tourism Research**, v. 79, p. 1-11, 2019.



GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROVE, R. Origins of Western Environmentalism. **Scientific American**. v. 267, n. 1, p. 42-47, 1992.

GUHA, R. The authoritarian biologist and the arrogance of anti-humanism: wildlife conservation in the third world. **The Ecologist**, v. 27, n. 1, p. 14-20, 1997.

HALL, C.; HARRISON, D.; WEAVER, D.; WALL, G. Vanishing Peripheries: Does Tourism Consume Places? **Tourism Recreation Research**, v. 38, n. 1, p. 71-92, 2013.

HALL, C.; TUCKER, H. Tourism and postcolonialism: An introduction. In: HALL, C.; TUCKER, H. (ed.) **Tourism and Postcolonialism** – Contested discourses, identities and representations. Routledge, 2004, p. 1-24.

HALLETT, R. The European approach to the interior of Africa in the eighteenth century. **Journal of African History**, v. 4, n. 2, p. 191-206, 1963.

HARPER, M.; WHITE, R. How National Were the First National Parks? Comparative Perspectives from the British Settler Societies. In: GISSIBL, B.; HÖHLER, S.; KUPPER, P. (orgs) **Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective**. Berghahn Books, 2012, p. 50-67.

HONEY, M. **Ecotourism and Sustainable Development: Who owns Paradise?** Washington: Island Press, 1999.

IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Neoliberal Conservation: A Brief Introduction. **Conservation and Society**, v. 5, n. 4, p. 432-449, 2007.

JEANNIN, M. In Tanzania, the Maasai are evicted from their land in the name of wildlife protection and tourism. **Le Monde**. 13 de julho de 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2022/06/23/in-tanzania-the-maasai-are-evicted-from-their-land-in-the-name-of-wildlife-protection-and-tourism_5987719_4.html#:~:text=On%20Thursday%2C%20June%2016%2C%20some,a%20Unesco%20World%20Heritage%20Site%2C Acessado em 20 de julho de 2022.

KING, B. Conservation Geographies in Sub-Saharan Africa: The Politics of National Parks, Community Conservation and Peace Parks. **Geography Compass**, v. 3, p.1-14, 2009.

KOTHARI, U. Reworking colonial imaginaries in postcolonial tourist enclaves. **Tourist Studies**, v. 15, n. 3, p. 248-266, 2015.



- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- MATVEIEV, V. O desenvolvimento da civilização swahili. In. NIANE, D. (ed.) **História Geral da África, Vol. IV: África do século XII ao XVI**. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 512-538.
- M'BOKOLO, E. **África Negra**: história e civilizações. Salvador: EDUFBA, 2011.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Antígona: Lisboa, 2014.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1992.
- MCKERCHER, B.; DECOSTA, P. The lingering effect of colonialism on tourist movements. **Tourism Economics**. V. 13, N. 3, p. 453–474, 2007.
- MELLO, M. O relato de viagem – narradores, entre a memória, o fictício e o imaginário. **Gragoatá**, Niterói, n. 28, p. 141-152, 2010.
- MEMMI, A. The colonizer and the colonized. Earthscan Publications: London, 2003.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- MKONO, M. Neo-colonialism and greed: Africans' views on trophy hunting in social media, **Journal of Sustainable Tourism**, V. 27, N. 5, p. 689-704, 2019.
- MUDIMBE, V. **A invenção de África**: gnose filosofia e ordem do conhecimento. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.
- MYERS, N. National Parks in Savannah Africa. **Science**. V. 178, p. 1255-1263, 1972.
- N'KRUMAH, K. **Neocolonialismo** – último estágio do Imperialismo. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.
- NASH, D. Tourism as a form of Imperialism. In. SMITH, V. (ed.) **Hosts and Guests** – the anthropology of tourism. University of Pennsylvania Press, 1989, p. 37-52.
- NELSON, F.; MAKKO, S. Communities, conservation, and conflicts in the Tanzanian Serengeti: preserving rights to gain benefits. In: CHILD, B.; LYMAN, M. (eds). **Natural resources as community assets**: lessons from two continents. Aspen Institute: Washington, D.C., 2005, p. 123-145.
- NEUMANN, R. Ways of Seeing Africa: Colonial Recasting of African Society and Landscape in Serengeti National Park. **Cultural Geographies**, v. 2, n. 2, p. 149-169, 1995.



- NEUMANN, R. The production of Nature – Colonial recasting of the African Landscape in Serengeti National Park. In: ZIMMERER, K., BASSETT, T. (eds.) **Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies**. The Guilford Press: New York, 2003, p. 240-255.
- OMT. World Tourism Organization – **Compendium of Tourism Statistics Data 2014 – 2018**. Madrid, Spain, 2020.
- PÉREZ, X. **Turismo Cultural** – Uma visão antropológica. Colección PASOS edita, n. 2: Tenerife, 2009.
- PINTO, R. **Viagem das ideias**. Editora Valer: Manaus, 2006.
- PORTUGAL. Colônia de Moçambique. Moçambique, no “paraíso da caça”. **Moçambique – Documentário trimestral**, v. 21. Imprensa Nacional: Lourenço Marques, 1940, p. 45-56.
- PRATT, M. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.
- RANDERIA, S. Global Designs and Local Lifeworlds: Colonial Legacies of Conservation, Disenfranchisement and Environmental Governance in Postcolonial India. **Interventions**, v. 9, n. 1, London, p. 12-30, 2007.
- ROGERS, P. History and Governance in the Ngorongoro Conservation Area, Tanzania: 1959-1966. **Global Environment**, v. 2, n. 4, p. 78-117, 2009.
- SALAZAR, N. Imagineering Otherness: Anthropological Legacies in Contemporary Tourism. **Anthropological Quarterly**, v.86, n.3, p.669-696, 2013.
- SÈNE-HARPER, A.; SÉYE, M. Community-based Tourism Around National Parks in Senegal: The Implications of Colonial Legacies in Current Management Policies, **Tourism Planning & Development**, p. 1-18, 2019.
- SILVEIRA, S. América: projeção da geografia fantástica das Índias. In: CASTRO, E.; PINTO, R. (orgs). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018, p. 53-80.
- SMITH, S. Instagram abroad: performance, consumption and colonial narrative in tourism, **Postcolonial Studies**, 2018.
- SOUZA; J.; TOMAZZONI, E. As viagens etnográficas e o turismo cultural na obra de Mário de Andrade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2021.
- STANDAGE, T. **História do mundo em 6 copos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.



STEINHART, E. Hunters, poachers and gamekeepers: towards a social history of hunting in colonial Kenya. **Journal of African History**, n° 30. Great Britain, p. 247-264, 1989.

SUTHERLAND, L. Tanzania, siding with UAE firm, plans to evict Maasai from ancestral lands. **Mongabay News**, 2022. Disponível em:
<https://news.mongabay.com/2022/02/tanzania-siding-with-uae-firm-plans-to-evict-maasai-from-ancestral-lands/>

TUCKER, H.; AKAMA, J. Tourism and Postcolonialism. In: JAMAL & ROBINSON (eds) **The Sage Handbook of Tourism Studies**, 2012, p. 504-520.